

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Data: 11 de agosto de 2026.

Horário: 11hs

Local: Sala de Reuniões – 5º andar

Participantes:

- Secretaria de Governo Municipal (SGM) e Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos (SEPE);
- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC);
- Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS);
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET);
- Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU); e
- Secretaria Municipal de Educação (SME).

Ordem do Dia:

1. Apresentação do Plano de Ação e resultados nos territórios prioritários: Campos Elíseos, Santa Cecília e Santa Ifigênia; Parque Dom Pedro II; Glicério; Complexo Okuhara Koei; e Av. Roberto Marinho;
2. Relato das reuniões do COMUDA e dos Grupos de Trabalho Saúde, Assistência Social e Segurança e de Coordenação Geral Prefeitura e Governo do Estado;
3. Apresentação das minutas de revisão e consolidação da regulação do Programa Redenção;
4. Pendências e atualizações de demandas de cada secretaria.

Síntese da Reunião:

No dia 08 de agosto de 2026, às 11h, no 5º andar do Edifício Matarazzo, reuniu-se o Comitê Gestor da Política Municipal Sobre Álcool e Outras Drogas. O primeiro ponto de discussão foi a apresentação do Regimento Interno, para discussão e aprovação, para posterior publicação. Foi realizada a leitura e a discussão com os participantes e realizada a votação, com a aprovação do Regimento Interno proposto pelo Comitê.

Foi realizada a apresentação do Balanço do 1º semestre do Plano de Ação de 2026 do Programa Redenção, realizada pela coordenação do Programa, e sendo apresentada pelos eixos do programa, tendo como destaque no Eixo I – Atenção à

Saúde e Oferta de Tratamento: a implementação de instrumentos de monitoramento para análise territorial e atuação integrada das equipes nos territórios prioritários; a articulação entre as secretarias de saúde municipal e estadual para os encaminhamentos qualificados dos CAPS ao HUB; e a estruturação do curso online do Jornada do Cidadão na Escola Municipal de Saúde (SEM), possibilitando que novos profissionais que precisam acessar a plataforma, não precisem aguardar as formações que anteriormente eram previamente agendadas por turmas, garantindo a agilidade em fazer o curso, receber o certificado e solicitar o login de acesso. Além do Jornada, também vem sendo desenvolvida em conjunto com a PRODAM a iniciativa de Integração de Benefícios e Serviços por parte da Prefeitura e posterior articulação com o governo do Estado de São Paulo para obtenção de informações sobre histórico e a integração de todas as ofertas e benefícios municipais e estaduais.

Eixo II – Proteção Social, Acolhimento, Moradia e Trabalho: Fortalecimento da autonomia e acompanhamento pela rede de Saúde e Assistência Social - construção integrada do Plano de Acompanhamento Individual (PIA) e do Projeto Terapêutico Singular (PTS); criação de Grupo de Trabalho para discussão de atribuições e escopo de atuação do SEAS na modalidade IV (cenas abertas de uso); mudança de imóvel do ATENDE IV (Santo Amaro) e alteração da tipologia para Centro de Acolhida, para posterior transformação em SIAT II; SMDet realizará no mês de agosto uma parada técnica com todos os profissionais das 3 gerenciadoras responsáveis pelo POT sobre direitos humanos, população em situação de rua, mudanças nas ofertas de formações profissionalizantes.

No Eixo III – Segurança Pública e Sistema de Justiça: ações integradas entre Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e a Polícia Civil, inclusive em outros territórios que não o central; a integração de câmeras interligadas do Smart Sampa (SMSU) com o Muralha Paulista (SSP); e a Estratégia Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Relacionada ao Uso de Álcool e Outras Drogas, no âmbito do GT do Plano de Metas, após a elaboração da estratégia, estão na etapa de construção do fluxo de atendimento e acionamento dos serviços.

Eixo IV – Estratégias de Intervenção Territorial: medidas para evitar o retorno às cenas abertas de uso, estruturadas nos oito eixos integrados do Programa Redenção, articulando ações de saúde, assistência social, segurança pública e requalificação urbana; fortalecimento da atenção à saúde e acompanhamento contínuo dos casos mais vulneráveis, com ampliação das oportunidades de acolhimento, moradia e inserção no trabalho; e articulação com os sistemas de segurança pública e justiça, monitoramento permanente dos territórios e dos resultados do Programa e requalificação urbana da região central.

Eixo V – Gestão e Requalificação Urbana: PP Habitacional do Centro; Requalificação da região da Rua dos Protestantes; Implantação da Praça do Triunfo; PPP Novo Centro Administrativo Campos Elíseos; e Requalificação urbana vinculada ao Novo Centro Administrativo Campos Elíseos.

Eixo VI –

Prevenção ao Uso Nocivo e à Dependência Química: Renovação do Acordo de Cooperação Técnica para implantação e monitoramento dos programas de prevenção federais no município de São Paulo; e instituição do Mês de Prevenção ao Uso Nocivo de Álcool e Outras Drogas, a partir do Decreto, com criação de Câmara Técnica para discussão e monitoramento das ações de prevenção no município. Eixo VII – Capacitação das equipes: reformulação do antigo Fórum de Acompanhamento de Casos para Fórum de Aperfeiçoamento Continuado (FAC) - estruturação e regulamentação do FAC, com atividades preparatórias para levantamento e sistematização de informações e atuação articulada em três níveis: Gestão e Governança, Técnico e Operacional; encontros de Integração das equipes de Consultório na Rua, realizados mensalmente desde 2024, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde, para troca de vivências, qualificação das abordagens e fortalecimento das ações da rede intersetorial (18º Encontro de Integração das equipes de Consultório na Rua, realizado nos dias 28 e 29 de julho, com o tema “Atitudes e habilidades para o trabalho em equipe”); e ações formativas em Educação em Direitos Humanos (EDH) junto à Guarda Civil Metropolitana (GCM), realizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, abordando Direitos Humanos e Cidadania, racismo estrutural, segurança urbana, participação cidadã e prevenção das violências.

Foram apresentadas as análises dos territórios prioritários no mês de julho, começando pelo Campos Elísios, Santa Cecília e Santa Ifigênia, no qual foram encontradas, ao longo do período todo, 558 pessoas, 81% do sexo masculino, com apenas 6% de pessoas que já foram vistas anteriormente na antiga Cena Aberta de Uso da Luz, 59% das pessoas avistadas entre 10 vezes ou mais no território ao longo do mês e sendo apenas 35% do município de São Paulo. Destas 558 pessoas, 40% são consideradas casos Mais Vulneráveis (MV), sendo 47% deste grupo pessoas do sexo feminino e 76% dos casos MV vistos 10 vezes ou mais ao longo do mês. Já no Complexo Okuhara Koei, no mês de julho, foram encontradas 89 pessoas ao longo de todo mês, 78% do sexo masculino, com apenas 5,6% de pessoas que já foram vistas anteriormente na antiga Cena Aberta de Uso da Luz, 62% de pessoas vistas 10 vezes ou mais no território ao longo do mês e sendo apenas 35% do município de São Paulo. Destas 89 pessoas, 63% são consideradas casos MV, sendo 40% deste grupo de pessoas do sexo feminino e 80% dos casos MV vistos 10 vezes ou mais. Estes dois territórios apresentam uma dinâmica muito similar, pois os dados evidenciam que a minoria das pessoas em situação de rua na região central são do município de São Paulo e que a diminuição das pessoas na região está ligada a diminuição das pessoas que vinham ao território de maneira transitória (principalmente atrás de drogas) e revela a permanência das pessoas mais complexas, que exigem um atendimento integrado entre saúde e assistência e a discussão de casos para elaboração de estratégias mais sofisticadas para

sensibilização para garantir o encaminhamento qualificado. No Parque Dom Pedro II, no mês de julho, 199 pessoas, 77% do sexo masculino, com apenas 2% de pessoas que já foram vistas anteriormente na antiga Cena Aberta de Uso da Luz, 47% das pessoas avistadas entre 10 vezes ou mais no território ao longo do mês e sendo apenas 34% do município de São Paulo. Destas 199 pessoas, 40% são consideradas casos Mais Vulneráveis (MV), sendo 56% deste grupo pessoas do sexo feminino e 59% dos casos MV vistos 10 vezes ou mais ao longo do mês. Este território apresenta uma dinâmica de maior circulação, devida a grande oferta de transporte público, comércio e atividades informais remuneradas, trazendo um maior desafio para as equipes para a criação do vínculo para realização das ofertas. Na Avenida Jornalista Roberto Marinho, no mês de julho, foram encontradas ao longo do período todo, 57 pessoas, 67% do sexo masculino, sem nenhuma pessoa que já foi vista anteriormente na antiga Cena Aberta de Uso da Luz, 77% das pessoas avistadas entre 10 vezes ou mais no território ao longo do mês e sendo 44% do município de São Paulo. Destas 57 pessoas, 63% são consideradas casos Mais Vulneráveis (MV), sendo 53% deste grupo pessoas do sexo feminino e 86% dos casos MV vistos 10 vezes ou mais ao longo do mês. Neste território, após a intensificação de ações de saúde, assistência social, das forças de segurança, coordenados pela Subprefeitura, houve uma diminuição considerável de pessoas no território, sendo no mês de julho o território com menor quantidade de pessoas, porém, é possível identificar uma presença maior de mulheres neste território, com questões complexas de saúde, em altíssima vulnerabilidade social, evidenciando o desafio de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade no contexto de uso de drogas e justificando ainda mais a necessidade da Estratégia. Além disso, foram apontados a expansão da metodologia dos territórios prioritários para novos territórios, sendo eles: Mooca, Lapa e Santana.

Em sequência, foi apresentada a minuta de novos atos normativos em substituição do Decreto Municipal nº 58.760, de 20 de maio de 2019, regulamentador da Lei nº 17.089, de 20 de maio de 2019 (Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, no Município de São Paulo), da Portaria Conjunta SGM/SMADS/SMS/SMDet nº 04, de 25 de junho de 2019, da Portaria Conjunta SGM/SMADS/SMS nº 06, de 08 de agosto de 2019, da Portaria Conjunta SGM/SMADS/SMS nº 07, de 15 de agosto de 2019, da Portaria Conjunta SGM/SMADS/SMS/SMDet nº 13, de 17 de dezembro de 2019, da Portaria nº 102/SGM, de 22 de março de 2022 e da Portaria Conjunta SGM/SMS nº 01, de 1º de março de 2023, no âmbito do Programa Redenção, no Município de São Paulo. A proposta de atualização das normativas tem como objetivo consolidar as práticas atuais da Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas, seus serviços e atores envolvidos em atos normativos que estejam alinhados com a execução contemporânea da política. Tal alteração se concentra em dar mais coerência entre as diretrizes formais e as práticas efetivamente desenvolvidas pela rede de

serviços, simplificar dispositivos normativos, promover o fortalecimento da governança e da estrutura organizacional da Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas e incluir novos órgãos estratégicos como a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) no escopo do Programa Redenção. Foi informada que as minutas foram apresentadas e discutidas com as áreas técnicas de cada Secretaria e será encaminhada formalmente aos gabinetes, via processo SEI.

Também foi trazida as atualizações sobre órgãos e grupos de trabalho, com destaque especialmente ao Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool do Município de São Paulo (COMUDA), que teve recentemente sua composição renovada para o biênio de 2026-2028, com eleição da presidência, vice-presidência e secretário executivo.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos participantes.